



UTILIZANDO AS CARTAS DE DIREITOS CLIMÁTICOS COMO FERRAMENTA DE INCIDÊNCIA POLÍTICA

Realização:



Apoio:

**Clima de
eleição**

CRÉDITOS

Realização:

The Climate Reality Project Brasil
Centro Brasil no Clima

Autores:

Bárbara Gomes
Isadora Gran
Thalison Correa

Revisão:

Renata Moraes
Sarah Darcie
Victor Anequini

Ilustração e Diagramação:

Monique Roque

Apoio:

Clima de Eleição

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 4 |
| Contextualização das Cartas de Direitos Climáticos | 5 |
| O que é Advocacy? | 6 |
| Diferenças entre Advocacy, Lobby e Ativismo | 7 |
| O que são Políticas Públicas? | 10 |
| Estrutura do Estado e o Ambiente da Política Pública a Nível Municipal | 11 |
| Ferramentas e Estratégias de Advocacy | 13 |
| Comunicação e Divulgação | 16 |
| As Cartas como Movimento Político | 17 |
| Dicas para Interações com Políticos Durante o Período Eleitoral | 20 |
| Datas Importantes | 21 |
| Casos de Sucesso | 25 |
| Como Solicitar Informações: O Direito ao Acesso à Informação | 29 |
| Materiais de Apoio | 30 |
| Referências | 31 |
| Outras Histórias de Incidência Climática | 31 |

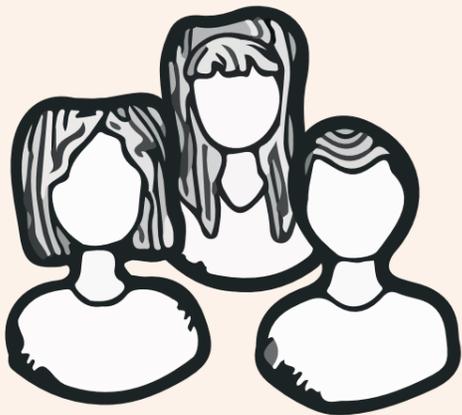
INTRODUÇÃO



Este guia é destinado a cidadãos e organizações interessadas em utilizar as Cartas de Direitos Climáticos como uma ferramenta de incidência política durante as eleições municipais. Sem endossar partidos ou candidatos, **o objetivo é informar a comunidade para que ela possa dialogar eficazmente com futuros legisladores e influenciar a agenda política local.** Por meio deste guia, propomos estratégias para engajar candidatos e eleitores, enfatizando a urgência de políticas públicas que respondam aos desafios climáticos apresentados nas Cartas.



As **Cartas de Direitos Climáticos**, ao serem incorporadas nas campanhas das eleições municipais, têm um papel fundamental em moldar políticas públicas conscientes e responsivas às mudanças climáticas. Elas servem como uma ponte entre as demandas específicas das comunidades e as plataformas políticas, garantindo que os desafios ambientais locais sejam priorizados.

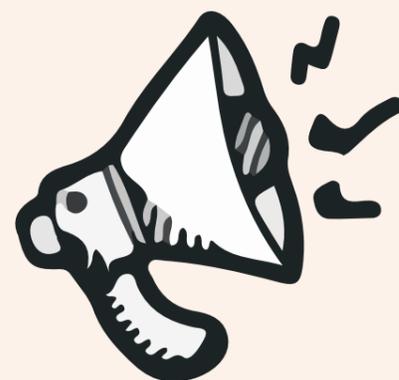
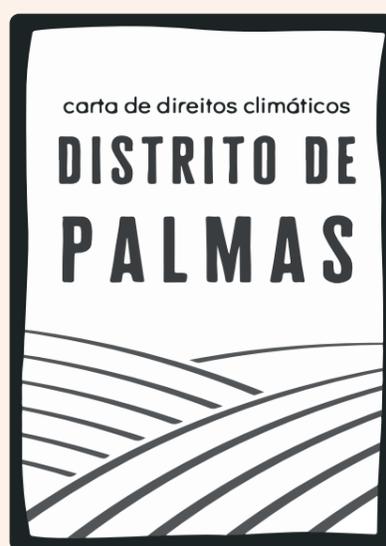


Essa incidência não apenas promove a educação e a consciência climática entre candidatos e eleitores, mas também impulsiona a implementação de soluções sustentáveis que beneficiarão gerações futuras. Além disso, fortalece a democracia participativa, incentivando o **engajamento cívico** e a responsabilidade política, essenciais para a governança ambiental efetiva.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CARTAS DE DIREITOS CLIMÁTICOS

As Cartas de Direitos Climáticos são **documentos criados pelas comunidades** para expressar suas preocupações e necessidades frente às mudanças climáticas. Essas Cartas são desenvolvidas a partir do conhecimento local e da ciência climática, articulando demandas específicas para ação política. Elas servem como um manifesto das comunidades para influenciar políticas de adaptação e mitigação climática, **garantindo que suas vozes sejam ouvidas** em plataformas de decisão política. Esta abordagem empodera os cidadãos, tornando-os protagonistas no enfrentamento dos desafios climáticos em seus territórios.

Conheça a metodologia das Cartas de Direitos Climáticos!



O QUE É ADVOCACY?

Advocacy é o processo organizado e planejado de defender e promover uma causa, ideia ou política específica com o objetivo de influenciar decisões dentro de sistemas políticos, econômicos e sociais, promovendo mudança ou a manutenção de políticas públicas de interesse amplo. No contexto da sua Carta de Direitos Climáticos, o Advocacy significa:



Ecoar a voz das comunidades: Amplificar as preocupações e demandas identificadas na Carta.



Influenciar tomadores de decisão: Apresentar as demandas da comunidade aos candidatos e futuros gestores municipais.



Mobilização: Engajar a comunidade e outros atores para apoiar as causas identificadas.



Educação: Informar políticos e o público em geral sobre os impactos locais da crise climática.



Negociação: Buscar compromissos concretos dos candidatos em relação às demandas apresentadas.



Monitoramento: Acompanhar o cumprimento das promessas após as eleições.

O Advocacy eficaz pode transformar a Carta de Direitos Climáticos em uma ferramenta poderosa para promover mudanças reais e duradouras na sua comunidade!

DIFERENÇAS ENTRE ADVOCACY, LOBBY E ATIVISMO

Embora estes termos sejam frequentemente usados de forma intercambiável, existem diferenças importantes entre eles:



ADVOCACY

Foco: Promover uma causa ou política específica.

Método: Usa uma variedade de táticas, incluindo educação pública, pesquisa e engajamento com tomadores de decisão.

Alcance: Geralmente de longo prazo e abrangente.

Exemplo: Apresentar a Carta de Direitos Climáticos aos candidatos e buscar compromissos.

DIFERENÇAS ENTRE ADVOCACY, LOBBY E ATIVISMO

FOLHA DO SUL

GERAL

CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS DE PALMAS REIVINDICA DIREITOS

Moradores das diferentes localidades do Distrito de Palmas pedem mais atenção e cuidado com o meio ambiente e com a saúde humana e animal. As demandas estão expressas na Carta de Direitos Climáticos de Palmas. O distrito de Palmas abrange as localidades de Pedra Grande, Velhaco, Pedreira, Toca, Coxilha das Flores, Rincão dos Mouros, Apertado, Rincão dos Valérios.

De acordo com a integrante da Associação para Grandeza e União de Palmas, Márcia Colares, em resumo são as aspirações da comunidade de Palmas sobre as questões climáticas, o quanto isso afeta os moradores seja com as estiagens, as enchentes destruição das estradas e com a dificuldade de produzir na pecuária [...]



LOBBY

Foco: Influenciar legislação ou políticas específicas.

Método: Contato direto com legisladores ou funcionários do governo.

Alcance: Geralmente mais restrito e focado em resultados legislativos ou regulatórios específicos.

Exemplo: Reuniões com vereadores para discutir a implementação de políticas climáticas locais.

DIFERENÇAS ENTRE ADVOCACY, LOBBY E ATIVISMO



ATIVISMO

Foco: Promover, apoiar ou se opor a uma causa.

Método: Ações diretas como protestos, manifestações, campanhas de mídia social.

Alcance: Pode ser de curto ou longo prazo, frequentemente visando mudanças sociais mais amplas.

Exemplo: Organizar uma marcha climática para aumentar a conscientização sobre as demandas da comunidade.

Na prática, uma estratégia eficaz para promover a Carta de Direitos Climáticos pode incorporar elementos de todas essas abordagens. O Advocacy pode ser visto como um termo guarda-chuva que inclui tanto o Lobby quanto formas de Ativismo, dependendo do contexto e dos objetivos específicos da comunidade.

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

As políticas públicas são um conjunto de planos e ações estabelecidas pelo governo para atender às necessidades da sociedade e promover o bem-estar comum. Elas podem ser divididas em três níveis principais:



Nível Estratégico: Consiste em diretrizes estruturantes, que são os macroprogramas e leis que definem os objetivos do governo para o futuro. Esse nível envolve a formulação de políticas amplas que guiam as ações do governo em várias áreas, como educação, saúde, segurança e infraestrutura.



Nível Intermediário: Refere-se a programas e planos específicos que detalham como os objetivos estratégicos serão alcançados. Esse nível inclui a elaboração de programas específicos que implementam as diretrizes estratégicas, estabelecendo metas mais concretas e prazos para a sua execução.



Nível Operacional: Envolve ações práticas e detalhadas para a implementação dos programas e planos estabelecidos no nível intermediário. Isso inclui decretos, resoluções e alocações orçamentárias que garantem os recursos e as ações necessárias para a execução das políticas públicas. São as coisas que o governo faz de fato, como construir escolas, contratar médicos ou definir quanto dinheiro será gasto em cada área.

Esses níveis interagem de maneira a garantir que as diretrizes gerais sejam traduzidas em ações concretas que atendam às necessidades de toda a população.

ESTRUTURA DO ESTADO E O AMBIENTE DA POLÍTICA PÚBLICA A NÍVEL MUNICIPAL

O Estado brasileiro possui uma dupla divisão, pois tem três poderes (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário) e três esferas de competência (Federal, Estadual e Municipal).

Aqui, falaremos apenas da esfera municipal!



União / Federal



Estadual



Municipal

Na esfera municipal, o poder Executivo consiste em Prefeito, Vice-Prefeito, Secretarias, Agências Reguladoras e Controladoria Geral e o Legislativo na Câmara Municipal que têm no máximo 55 e no mínimo 9 vereanças, dependendo do número de habitantes do município.

A estrutura do Estado e o ambiente da política pública a nível municipal são fundamentais para o funcionamento das cidades e a prestação de serviços à população.

Este ano, as eleições municipais representam um momento crucial para a escolha dos líderes locais, incluindo prefeitos e vereadores, que serão responsáveis por implementar políticas públicas e gerenciar recursos públicos.

ESTRUTURA DO ESTADO E O AMBIENTE DA POLÍTICA PÚBLICA A NÍVEL MUNICIPAL

Os prefeitos são responsáveis pela gestão da cidade, implementando políticas públicas e coordenando serviços essenciais como saúde, educação, transporte, infraestrutura e meio ambiente. No campo da gestão ambiental, os municípios têm competências específicas, como o licenciamento ambiental de atividades de impacto local (limitado ao território do município), a elaboração de normas e procedimentos para o licenciamento, e a fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas nas licenças ambientais. Além disso, os municípios têm a obrigação de:



Meio Ambiente

1. Implementar políticas de preservação ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais.
2. Gerir áreas de proteção ambiental municipais.

Os municípios também devem promover a participação da sociedade no processo de licenciamento ambiental, garantindo a transparência e o controle social por meio de consultas públicas, audiências e conselhos municipais de meio ambiente. Além disso, é fundamental que coordenem suas ações com os Estados e a União quando os impactos ambientais ultrapassam os limites municipais ou envolvem questões mais complexas.

Os vereadores, por sua vez, têm o papel de legislar, fiscalizar as ações do prefeito e representar os interesses da população na câmara municipal. Eles devem garantir que os recursos públicos sejam geridos de forma eficiente e que as políticas públicas sejam efetivas e transparentes.

O processo eleitoral envolve a participação dos eleitores, que votam nos candidatos de sua escolha, e é uma oportunidade importante para a população influenciar diretamente o futuro de suas cidades, escolhendo líderes comprometidos com a sustentabilidade e a qualidade de vida.

FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS DE ADVOCACY

Para efetivamente utilizar as Cartas de Direitos Climáticos nas eleições municipais, considerem as seguintes estratégias de engajamento:



Materiais de Campanha

Desenvolva e distribua materiais informativos que resumem as principais demandas das Cartas, explicando como estas contribuem para a sustentabilidade local.

Estes materiais podem ser panfletos, jornais comunitários, lambes, cartazes, entre outros.

Diálogo com Candidatos

Organize reuniões com candidatos para discutir as demandas das Cartas, destacando como estas se alinham com as políticas públicas necessárias para a comunidade e com sugestões diretas de itens que essa liderança pode se comprometer dentre suas propostas e/ou plano de governo.

Considerando que as agendas das candidaturas são bastante agitadas durante o período da campanha eleitoral, considere também buscar chefes de campanha, assessores e outras pessoas que façam parte da equipe para este contato, além de mapear eventos públicos e atividades que estarão envolvidos, sendo proativo na busca das oportunidades de diálogo.

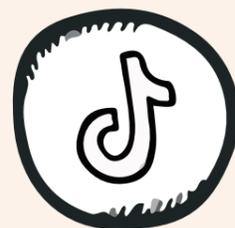
Fóruns e Debates Públicos

Promova fóruns e debates sobre políticas climáticas, convidando candidatos e especialistas para ampliar a discussão sobre as propostas das Cartas. Neste caso, é importante convidar candidatos de diferentes partidos políticos, pois todo comprometimento, comparecimento ou mesmo ausência podem ser mecanismos de cobrança e monitoramento caso a pessoa seja eleita.

FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS DE ADVOCACY

Eventos Comunitários

Realize eventos para aumentar a conscientização sobre os direitos climáticos e as eleições, incentivando a participação comunitária ativa.



Campanhas nas Redes Sociais

Utilize plataformas de mídia social para compartilhar informações sobre as Cartas e mobilizar a comunidade. Crie hashtags específicas e conteúdo visual que facilite a viralização das mensagens. Algumas das redes que têm grande potencial de viralização são o WhatsApp, o Instagram e o Tik Tok.

Alianças Estratégicas

Forme alianças com ONGs, escolas, universidades e grupos comunitários para ampliar a base de apoio às demandas das Cartas e aumentar a pressão sobre os candidatos. Demandas apoiadas por um coletivo têm mais credibilidade e maior chance de serem consideradas.



Monitoramento de Compromissos

Peça aos candidatos que assumam compromissos públicos com as demandas das Cartas e monitore esses compromissos ao longo do tempo, divulgando o progresso para a comunidade.

Capacitação de Líderes Locais

Ofereça treinamento em Advocacy e políticas públicas para líderes comunitários e ativistas locais, equipando-os com as ferramentas necessárias para engajamento efetivo durante e após o período eleitoral.

FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS DE ADVOCACY



Atividades de Educação Cívica

Organize workshops e seminários sobre direitos climáticos e o processo eleitoral para educar os eleitores sobre a importância de votar conscientemente em candidatos que apoiem políticas climáticas eficazes.



Diálogo com Diretórios Municipais dos Partidos

Busque os diretórios municipais dos partidos para compartilhar as demandas e propostas identificadas pela comunidade.

Essa pode ser uma forma eficaz de incluir suas sugestões nas propostas de várias candidaturas de um mesmo partido.



COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Técnicas para Divulgação das Demandas das Cartas:

Mídias Sociais:



Crie campanhas regulares com posts que destaquem aspectos específicos das Cartas. Utilize infográficos e vídeos curtos para explicar os pontos-chave e as ações necessárias.



Crie uma arte e uma mensagem curta para divulgar as propostas pelo WhatsApp. Este conteúdo pode ser compartilhado em diferentes grupos da comunidade.



Organize sessões de perguntas e respostas ao vivo (Q&A) com especialistas ou representantes das comunidades para discutir as Cartas em detalhes.

Panfletos e Material Impresso:



Desenvolva panfletos claros e visuais que resumam as principais demandas das Cartas.



Distribua-os em eventos comunitários, locais públicos e durante reuniões de bairro.



Eventos Comunitários:



Realize oficinas e encontros nos quais as Cartas possam ser apresentadas e discutidas. Isso pode incluir workshops de capacitação, cine debates com temas relacionados ao clima, e feiras comunitárias.

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Estratégias para Parcerias com Mídias Locais e Influenciadores:

Mídias Locais:



Estabeleça parcerias com jornais locais, rádios e canais de TV para a divulgação regular das atividades e dos pontos principais das Cartas. Ofereça conteúdo exclusivo e pronto para publicação, que inclua fotos e citações de falas de lideranças da campanha, e que alivie a carga de trabalho dos meios de comunicação.

Influenciadores e Líderes de Opinião:



Identifique e engaje influenciadores locais e líderes de opinião que se alinhem com os valores das Cartas. Colabore com eles para criar conteúdo específico que possa alcançar diferentes segmentos da comunidade, ampliando assim o impacto das mensagens.



AS CARTAS COMO MOVIMENTO POLÍTICO

Antes de tudo, precisamos esclarecer que **todo movimento de reivindicação de direitos é, por essência, um movimento político**. Isso se deve ao fato de que ao reivindicarmos direitos, estamos lutando por mudanças concretas ou pela implementação de políticas públicas que garantam que esses direitos sejam atendidos.

Ou seja, reivindicar direitos é uma forma de "fazer política". No entanto, para se "fazer política", não necessariamente precisamos estar alinhados a um partido ou movimento político partidário.



AS CARTAS COMO MOVIMENTO POLÍTICO

O movimento das Cartas de Direitos Climáticos é em sua essência apartidário. Isso significa que, embora esteja diretamente envolvido com questões políticas, não está relacionado nem alinhado a nenhum partido ou candidato específico. Ou seja, movimentos apartidários têm total liberdade de **escutar, criticar e apoiar** políticas ou propostas de diferentes partidos, sem se prender a uma ideologia partidária.

Vale ressaltar que, cada participante e liderança das Cartas de Direitos Climáticos têm total autonomia para apoiarem e manifestarem politicamente como preferirem.

No entanto, enquanto parte do movimento das Cartas de Direitos Climáticos, defender e apoiar candidaturas políticas que estejam verdadeiramente comprometidas com a garantia de direitos, torna-se uma estratégia essencial, especialmente em momentos críticos como o que muitos países vêm enfrentando atualmente.

O aumento de eventos climáticos extremos têm evidenciado que nem todos os setores da sociedade sofrerão da mesma forma com os efeitos das inundações, secas severas, deslizamentos ou doenças respiratórias.

As populações mais pobres e vulneráveis como as comunidades rurais, periféricas e os territórios tradicionais serão as mais afetadas pela crise. Diante disso, avaliar candidaturas que olhem e apoiem as demandas desses territórios torna-se fundamental.

Candidaturas comprometidas são aquelas que priorizam políticas sustentáveis, justiça social e econômica, e trabalham para o benefício de toda a população, e não apenas de grupos específicos.

Em um contexto de crise climática, as eleições municipais são de extrema importância, pois a atuação dos futuros prefeitos e vereadores eleitos têm um impacto direto e imediato na vida dos cidadãos.



AS CARTAS COMO MOVIMENTO POLÍTICO

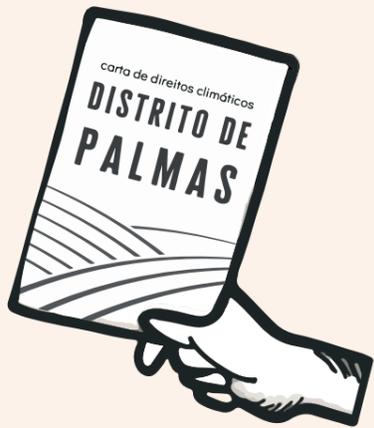
As decisões tomadas a nível municipal afetam diretamente o cotidiano das pessoas em aspectos como saúde pública, educação, transporte, saneamento básico, segurança e meio ambiente.



Por isso, torna-se fundamental que o movimento da Carta de Direitos Climáticos, esteja atento às propostas apresentadas e apoiem **candidaturas comprometidas com políticas públicas de mitigação e adaptação das mudanças climáticas**, alinhadas às novas realidades ambientais dos territórios.

Na próxima seção deste guia, vocês irão encontrar uma série de dicas para interação com candidaturas, como forma de avaliar aquelas que estejam comprometidas e alinhadas com as demandas das Cartas de Direitos Climáticos!

DICAS PARA INTERAÇÕES COM POLÍTICAS DURANTE O PERÍODO ELEITORAL



Mantenham a Carta de Direitos Climáticos Visível:

Ao tirar fotos ou gravar vídeos com candidatos, segurem uma cópia da Carta de Direitos Climáticos. Isso reforça que o foco está nas demandas da Carta, não no apoio ao candidato.



Use Declarações Neutras: Ao falar em eventos ou nas mídias sociais, use linguagem que claramente apoie a causa, não o candidato. Por exemplo, “É importante que os candidatos se comprometam com essas políticas climáticas.”



Diversifique as Interações: Garanta que sua organização interaja com candidatos de diferentes partidos ou posições para ouvir todas as propostas possíveis.



Equilíbrio nas Comunicações: Ao divulgar informações sobre encontros com políticos, certifique-se de que todas as partes interessadas são igualmente representadas nas comunicações e publicações.



Declaração de Neutralidade: Considere publicar uma declaração de neutralidade política no site e nas redes sociais da sua organização, explicando que qualquer envolvimento com políticos é estritamente para promoção das políticas climáticas e não representa um endosso político.



Em caso de apoio: Destaque que o apoio ao candidato se dá devido ao alinhamento de suas propostas às reivindicações da Carta e que seguirão monitorando para garantir a implementação dessas políticas caso o candidato seja eleito.



DATAS IMPORTANTES

15 DE AGOSTO (QUINTA-FEIRA): Prazo final para registro de candidaturas. Esta é uma data crucial no calendário eleitoral:

Último dia para registro oficial de candidatos

1

- Partidos políticos, federações e coligações devem registrar seus candidatos.
- Isso vale para todos os cargos em disputa: prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Importância para as comunidades

2

- Após esta data, você saberá oficialmente quem são todos os candidatos.
- É o momento de intensificar suas ações de Advocacy.

O que fazer a partir daqui

3

- Fazer um levantamento de todos os candidatos registrados.
- Identificar quais candidatos ainda não foram contatados sobre a Carta de Direitos Climáticos.
- Planejar abordagens para apresentar as demandas da comunidade aos novos candidatos.

Oportunidades

4

- Muitos candidatos estarão finalizando seus planos de governo.
- Ainda há chance de influenciar essas propostas com as demandas da sua comunidade.

Próximos passos

5

- Prepare-se para o início oficial da campanha, que começa no dia seguinte.
- Organize eventos ou encontros para apresentar a Carta de Direitos Climáticos aos candidatos registrados.

DATAS IMPORTANTES

Lembre-se: Este prazo é estabelecido por lei e é rigorosamente observado. Após esta data, a lista de candidatos estará completa e pública, permitindo que você direcione seus esforços de Advocacy de forma mais eficaz.



16 DE AGOSTO (SEXTA-FEIRA): Início oficial da campanha eleitoral. Nesta data, várias atividades de campanha passam a ser permitidas:

Propaganda eleitoral

1

- Os candidatos podem começar a fazer propaganda, inclusive na internet.
- Isso inclui o uso de redes sociais e sites para promover candidaturas.

Lives e transmissões ao vivo

2

- Candidatos podem usar lives para falar sobre suas propostas e campanha.
- Mesmo transmissões sem menção direta às eleições serão consideradas atos de campanha.

Uso de alto-falantes e amplificadores

3

- Permitido das 8h às 22h.
- Deve respeitar as regras locais de som e não perturbar o sossego público.

Comícios

4

- Podem acontecer das 8h à meia-noite.
- O comício de encerramento da campanha pode durar 2 horas a mais.

DATAS IMPORTANTES

Atividades de rua

5

- Permitidas até as 22h do dia 5 de outubro.
- Inclui distribuição de material impresso, caminhadas, carreatas e passeatas.
- Pode-se usar carros de som ou minitrios nestas atividades.

Importante: Esta data marca o início oficial da campanha eleitoral. É um momento crucial para intensificar o diálogo com os candidatos sobre as demandas da Carta de Direitos Climáticos. As comunidades podem começar a participar de eventos de campanha, distribuir materiais informativos e usar as redes sociais para promover suas causas.

Lembre-se: Todas as atividades devem seguir as regras eleitorais. Consulte sempre a legislação atualizada ou um advogado especializado em direito eleitoral para garantir que suas ações estejam dentro da lei.



6 DE OUTUBRO (DOMINGO): Dia das Eleições Municipais. Este é o dia mais importante do processo eleitoral:

1

O que acontece neste dia

- Cidadãos votam para escolher prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.
- As urnas estarão abertas das 8h às 17h (horário local).

2

Importância para as comunidades

- É o momento de exercer o direito ao voto de forma consciente.
- A escolha dos eleitores definirá o futuro da administração municipal.

DATAS IMPORTANTES

3

O que fazer neste dia

- Comparecer ao local de votação com seu título de eleitor e um documento oficial com foto.
- Votar considerando as respostas dos candidatos às demandas da Carta de Direitos Climáticos.

4

Após a votação

- Acompanhar a apuração dos votos, que começa logo após o fechamento das urnas.
- Ficar atento aos resultados preliminares divulgados pela Justiça Eleitoral.

5

Próximos passos

- Se houver segundo turno (em cidades com mais de 200 mil eleitores), prepare-se para continuar o trabalho de Advocacy.
- Se não houver segundo turno, comece a planejar como acompanhar o cumprimento das promessas feitas pelos candidatos eleitos.

Lembre-se: O voto é obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo para jovens de 16 e 17 anos, maiores de 70 anos e analfabetos. É um direito e um dever cívico participar deste processo democrático.

Dica: Use este dia para reforçar a importância das questões climáticas e das demandas da comunidade. Incentive as pessoas a votarem de forma consciente, considerando o compromisso dos candidatos com as pautas ambientais e sociais apresentadas na Carta de Direitos Climáticos.



Para informações completas e atualizadas sobre o calendário eleitoral com todas as datas e prazos importantes para as eleições municipais de 2024, consulte o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral>

CASOS DE SUCESSO

Rede Jandyras

A Rede Jandyras é uma coalizão brasileira de mulheres do norte do país que visa fortalecer a participação política dessas mulheres nos espaços de poder e decisão. Surgiu em 2021 através do projeto “Rede de Articuladoras Ambientais”, desenvolvido para ampliar a participação de mulheres no debate político das agendas ambientais de Belém. A construção da rede começou com uma formação organizada pela Mandí, então Ame o Tucunduba, para 40 mulheres majoritariamente não brancas, de 18 a 35 anos, da Região Metropolitana de Belém. Entre as realizações da Rede Jandyras destacam-se a criação da Agenda Climática para Belém (2021) e a aprovação da proposta de criação do Fórum Municipal de Mudanças Climáticas no Plano Plurianual (PPA) de Belém (2022-2025), fruto de uma campanha de advocacy que envolveu diversas frentes de ação, como: diálogo direto com tomadores de decisão na Câmara de Belém, produtos de comunicação nas redes sociais, ações de rua e incidência em eventos públicos, distribuição de materiais impressos, participação em audiências públicas.



Fórum Municipal de Mudanças Climáticas no Plano Plurianual (PPA)

Entre as propostas da Agenda Climática para Belém está o Fórum Climático Municipal, que foi aprovado em dezembro de 2021 no orçamento do Plano Plurianual de Belém. A criação do Fórum foi formalizada por meio de decreto construído com o apoio da Secretaria, do mandato da vereadora Bia Caminha e da sociedade civil, em julho de 2023, e publicado no Diário Oficial em agosto de 2023. Hoje, a Rede Jandyras integra o Fórum junto de outros representantes de organizações da sociedade civil de Belém.

CASOS DE SUCESSO

Agenda Climática para Belém

A Agenda Climática para Belém foi o primeiro projeto articulado pela Rede Jandyras. Consiste na sistematização de dados sobre problemas territoriais locais e a crise climática, e seus impactos na cidade e na população local. Os principais eixos da Agenda são o acesso à água e saneamento básico, direito à cidade e à habitação social, justiça racial e ambiental, infância e clima, e mobilidade urbana.



Fonte 1:

<https://mandi.org.br/projetos/rede-jandyras>



Fonte 2:

<https://escoladeativismo.org.br/rede-jandyras-um-exame-em-luta-pela-natureza-e-pela-democracia>

Instituto Clima de Eleição

Clima para Candidaturas

O Clima para Candidaturas foi um projeto do Instituto Clima de Eleição, com edições nas eleições municipais de 2020 e nas eleições estaduais e federais de 2022, e consistiu em um programa de formação sobre políticas públicas e mudanças climáticas, gratuito e virtual, para as candidaturas. O objetivo da formação era compartilhar de que forma a agenda climática se relaciona com as competências destes cargos políticos, com exemplos e ações que essas lideranças poderiam implementar.

**Clima de
eleição**

CASOS DE SUCESSO

Clima de eleição

Após completar a formação, as candidaturas se comprometeram com a ação climática e, uma vez eleitos, foram convidados a integrar a rede Mandatos-C, uma rede de parlamentares pelo clima secretariada pelo Clima de Eleição. Por meio da rede, foi possível acompanhar os mandatos, promover conexão entre as lideranças políticas de diferentes municípios e estados e promover momentos continuados de capacitação em políticas públicas climáticas.

Vote pelo Clima

O Vote pelo Clima é uma plataforma virtual voltada para o eleitorado, que dá visibilidade às candidaturas ao Legislativo comprometidas com a ação climática no Brasil, com o objetivo de garantir uma política climática ambiciosa. Sua primeira edição foi lançada em 2022 e sua segunda edição está prevista para ser lançada em agosto de 2024.

As candidaturas comprovam seu conhecimento sobre a agenda climática e os gabinetes eleitos são monitorados, para garantir que estes não sejam apenas comprometimentos eleitorais. Ao longo do período da campanha eleitoral, a plataforma é atualizada incluindo novas candidaturas.

Adaptajuv

Advocacy, Adaptação e Juventudes pelo Clima

O Adaptajuv é um projeto do Greenpeace Brasil e do Instituto Clima de Eleição, que tem por objetivo fortalecer juventudes nos municípios de Manaus (AM), Recife (PE) e São Paulo (SP), para que desenvolvam campanhas de incidência política com o objetivo de promover ações de adaptação climática em seus territórios.



CASOS DE SUCESSO

O programa teve início em agosto de 2023 e contou com diversas etapas: um processo de formação virtual em advocacy e adaptação climática, com 11 encontros, uma imersão com as organizações mais engajadas do programa em Brasília, onde puderam conhecer mais sobre o funcionamento do poder Executivo e Legislativo federal, imersões em cada um dos municípios do projeto, para fortalecimento da rede de organizações locais e apoio na construção das campanhas de advocacy e uma etapa final de monitoramento e acompanhamento da execução destas campanhas. Ao final do processo, seis organizações da sociedade civil, duas de cada município, desenvolveram campanhas focadas nas eleições municipais de 2024, pautando necessidades identificadas em seus territórios e articulando para que as candidaturas do município se comprometam com essas demandas. **Algumas dessas campanhas são:**



Instituto Rebbú, Manaus - AM: PEV na Comunidade.

<https://www.rebbu.org/pevnacomunidade>



Somos Todos Muribeca, Região Metropolitana de Recife - PE: Comunidades pelo Clima.

<https://www.comunidadespeloclima.meurecife.org.br>



Xô Plástico, Recife - PE: Clima nas Escolas do Recife.

<https://climanasescolasdoecife.com>

COMO SOLICITAR INFORMAÇÕES: O DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

O direito ao acesso à informação pública está previsto na Constituição Federal Brasileira. Em 2011, a Lei 12.527 regulamentou o acesso à informação pública no país, estabelecendo mecanismos para a solicitação e prazos para a resposta por parte da União, Estados e Municípios. Essa lei é uma grande conquista da sociedade e além de promover a transparência da informação, ou seja, que essa seja divulgada de forma mais acessível nos sites e portais dos governos federal, estaduais e municipais, possibilita que qualquer cidadão possa solicitar informações e que, no prazo definido pela lei, uma resposta lhe seja fornecida. Caso isso não ocorra, é possível apresentar recursos a outras instâncias.

Para construir o pedido de informação, você pode seguir os seguintes passos:

- 1** Descreva as informações que precisam ser obtidas do poder público – inicie seu pedido dizendo o que você quer saber. Pode-se solicitar informações e documentos públicos sobre o atendimento educacional, despesas realizadas com obras, reformas, compra de materiais, empresas terceirizadas, dentre outras.
- 2** Identifique quais são os órgãos ou autoridades que devem responder suas indagações. Você pode encaminhar o pedido para Secretaria de Educação, Secretaria de Finanças, Prefeitura, para a Câmara dos Vereadores, ou outros órgãos e instituições públicas.
- 3** Organize suas ideias – o pedido de informação deve conter, primeiramente, a identificação da pessoa, grupo de pessoas ou associação que estão assinando o documento; e a descrição detalhada das informações solicitadas
- 4** Entrega do documento – Pode ser feita pela internet, quando houver uma página específica para o acesso às informações, ou entrega pessoalmente no órgão público responsável pela informação.

COMO SOLICITAR INFORMAÇÕES: O DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

OBS: Faça uma cópia do documento. Ao entregar o documento no órgão público, peça para a autoridade ou o funcionário público assinar e colocar a data de recebimento na cópia, o que comprova a entrega do original. Em alguns locais, como nas secretarias de educação, prefeituras ou câmaras legislativas, há um setor de protocolo, onde os funcionários recebem o documento, registram o recebimento na cópia e encaminham para o setor responsável. É importante que você identifique o número do telefone do setor responsável, assim, se for necessário, poderá acompanhar o andamento do pedido. Se o pedido de informação for feito pela internet, não deixe de registrar o número do pedido, para poder acompanhar seu andamento.

Saiba mais em:



<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/10/Guia-Pr%C3%A1tico-da-Lei-de-Acesso-%C3%A0-Infoma%C3%A7%C3%A3o.pdf>



MATERIAIS DE APOIO



[O Ciclo de Advocacy](#)



[Guia para a Construção de Estratégias de Advocacy](#)



[Kit de Ferramentas de Advocacy](#)

REFERÊNCIAS



Advocacy Liderado pela Comunidade

<https://res.cloudinary.com/tearfund/image/fetch/https://learn.tearfund.org/-/media/learn/resources/footsteps/pdfs/footsteps-111-120/2022-tearfund-footsteps-118-pt.pdf>



Advocacy como Instrumento de Engajamento e Mobilização

<https://www.cause.net.br/wp/wp-content/uploads/2017/10/estudo-cause-advocacy.pdf>



Incidência Política e Participação Social e Popular

<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/05/13.-ANA.-Cardano-2-Incidencia-Politica-e-Participacao-Social-e-Popular.pdf>

OUTRAS HISTÓRIAS DE INCIDÊNCIA CLIMÁTICA



Movimento Xingu Vivo para Sempre

<https://www.amazonialatitude.com/2020/10/13/historias-no-beiradao-belo-monte-luta-xingu>



Protocolo Popular de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado do Território Quilombola do Vão Grande

<https://escoladeativismo.org.br/wp-content/uploads/2023/07/PROTOCOLO-POPULAR-CARTILHA-versao-final-web.pdf>



COMO VOCÊ PODE COLABORAR

Junte-se a nós nesta jornada em busca da justiça climática. Seja você um especialista no assunto ou alguém que apenas começou a se interessar pelo clima, sua contribuição é valiosa. Juntos, podemos criar um impacto real e defender um mundo mais verde e saudável para todos.

Se você acredita que pode colaborar com qualquer das medidas demandadas pelo território envie uma mensagem para brasil@climatereality.com e entraremos em contato com você.

O futuro está em nossas mãos.

**CARTAS DE
DIREITOS
CLIMÁTICOS**



**The Climate
Reality Project®**
BRASIL



**CENTRO
BRASIL
NO CLIMA**